



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 3.034-C DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a suspensão temporária do registro do veículo e desvincular a transferência de sua propriedade do processo de vistoria, nos casos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a suspensão temporária do registro do veículo e desvincular a transferência de propriedade do veículo do processo de vistoria, nos casos que especifica.

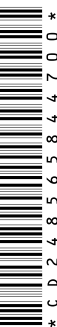
Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com as seguintes alterações, numerado o parágrafo único do art. 124 como § 1º:

“Art. 110. O veículo que tiver alterada qualquer de suas características para competição ou finalidade análoga ou que estiver com registro suspenso somente poderá circular nas vias públicas com licença especial da autoridade de trânsito, em itinerário e horário fixados.”(NR)

“Art. 120.

.....

§ 3º O veículo cujo registro estiver suspenso a pedido do proprietário poderá ter sua





propriedade transferida nos termos desta Lei e será considerado não registrado para todos os demais efeitos, até que seja efetivada a reativação do registro.

§ 4º Não será processado pedido de suspensão de registro de veículo removido.”(NR)

“Art. 123.
.....

V - for suspenso ou reativado o registro do veículo.

.....”(NR)

“Art. 124.

§ 1º

§ 2º Nos casos de expedição de novo Certificado de Registro de Veículo em razão de registro suspenso ou de pedido de suspensão, serão dispensados os documentos de que tratam os incisos II, IV, X e XI do *caput* deste artigo.”(NR)

“Art. 230.
.....

V - com registro suspenso ou não registrado e devidamente licenciado;

.....

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo e reativação imediata do registro nos casos de veículo com registro suspenso;

.....”(NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180
(cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2024.

Deputado MAURICIO MARCON
Relator

Apresentação: 08/05/2024 17:59:57.243 - CCJC
RDF 1 CCJC => PL 3034/2021

RDF n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248565844700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon

